

Em semana de votações, Senado aprecia redução de gastos municipais

Plenário tem sessões deliberativas na terça, quarta e quinta-feira. Estão em pauta, também, projeto que permite a troca de nomes por apelido "público e notório" e regulamentação do exercício da soberania popular



Wilson Kleinübing elegeu-se senador com mais de 900 mil votos, em 1994. Foi figura central na CPI que investigou, em 1996 e 1997, a emissão irregular de títulos públicos, trabalhando ao lado dos senadores Roberto Requião e Bernardo Cabral na apuração das irregularidades

O plenário tem sessões deliberativas marcadas para terça, quarta e quinta-feira. Estão em pauta diversas matérias, entre elas a proposta de emenda constitucional que limita a despesa com o funcionamento das câmaras municipais. Outra matéria em pauta é o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado que regulamenta o exercício da soberania popular. Estão na Ordem do Dia, ainda, propostas que tratam da renovação de concessões de emissoras de rádio e da indicação de autoridades.

PÁGINA 3

Senador Vilson Kleinübing morre aos 54 anos

Vice-líder do governo e um dos mais ativos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos, o senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) morreu na última sexta-feira, em Florianópolis, vítima de câncer nos pulmões, uma doença que ele vinha enfrentando nos

últimos dois anos. Kleinübing, engenheiro por profissão, iniciou sua carreira política em 1982. Gaúcho de nascimento, foi prefeito de Blumenau, governador do estado e exercia o mandato desde 1995.

PÁGINA 4

Competência é lembrada

Os senadores lembraram na sexta-feira a grande capacidade de trabalho de Vilson Kleinübing. O presidente Antonio Carlos Magalhães disse que o Brasil deve muito a ele, que "destacou-se como um verdadeiro pontífice nos assuntos econômicos".

PÁGINA 5

Economia era sua preocupação

Em seus quase quatro anos de exercício do mandato de senador, Vilson Kleinübing mostrou-se um parlamentar preocupado com as questões econômicas e os temas nacionais. Sua atuação foi decisiva na chamada CPI dos Precatórios, em 1997.

PÁGINA 6

Vilson Kleinübing



- Nasceu em 9 de setembro de 1944, em Montenegro (RS).

- Era casado com Vera Maria e tinha três filhos (João Paulo, Eduardo e Diogo).

- Formado em Engenharia Mecânica, pela UFRGS.

- Estreou na vida pública em 1982, como deputado federal.

- Eleito prefeito de Blumenau em 1988. Eleito governador de Santa Catarina em 1990.

- Em 1994, elegeu-se com mais de 900 mil votos para o Senado, onde ficaria até 2003.

- Titular das comissões de Serviços de Infra-estrutura e suplente das comissões de Educação, de Relações Exteriores e de Defesa Nacional.

Novas regras eleitorais em debate

O plenário voltou a discutir na sexta-feira possíveis mudanças das regras para as próximas eleições. Apoiado por parlamentares de diversos partidos, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu o financiamento público dos partidos e candidatos.

PÁGINA 8

Marina quer ver o Brasil líder ambiental

A senadora Marina Silva (PT-AC) pediu a adoção, pelo governo, de uma proposta destinada a impedir o aumento da devastação da floresta amazônica. Ela quer ver o Brasil em uma posição de vanguarda ambiental entre os países do Hemisfério Sul.

PÁGINA 2

Marina quer Brasil na vanguarda ambiental

Senadora pede ao governo que defina uma proposta destinada a impedir o aumento da devastação da floresta amazônica

A senadora Marina Silva (PT-AC) disse na sexta-feira que o governo brasileiro precisa definir uma proposta, visando impedir o aumento da devastação da floresta amazônica, e apresentá-la ao mundo para buscar uma posição de liderança na vanguarda do desenvolvimento ambiental entre os países do Hemisfério Sul. Tal proposta, a seu ver, já poderia estar incluída entre as que serão encaminhadas à IV Conferência das Partes, que será realizada em Buenos Aires no início de novembro, quando serão discutidas alternativas de desenvolvimento sustentável, também chamadas de "mecanismos de desenvolvimento limpo (MDL)".

A senadora abordou o assunto no Seminário Sobre Climas e Ecossistemas Brasileiros, que terminou na tarde de sexta-feira na sala da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) do Senado. Ela lembrou que o Brasil já tem propostas de desenvolvimento "limpo", como a do aproveitamento de suas riquezas naturais, entre elas os recursos hídricos, "mas até o momento não desenvolveu uma ação radical para extinguir a ação predatória contra áreas ainda intactas de florestas". O aumento da devastação provoca mais emissão

de gás carbônico (CO₂) na atmosfera e traz como consequência o aquecimento da Terra, explicou.

Marina Silva disse que um dos pontos básicos do seminário é a discussão sobre o mecanismo global que auxilia na redução de gás carbônico na atmosfera, chamado de "sumidouro de carbono", que tem a participação fundamental dos países detentores de grandes florestas e recursos energéticos naturais. Estes "sumidouros

"O país não desenvolveu uma atuação radical para extinguir a ação predatória contra áreas ainda intactas"

de carbono" dependem da manutenção de florestas tropicais e de cerrado já existentes, além dos oceanos e de reflorestamento, que retêm o gás no solo e nas plantas impedindo a sua expansão e o consequente aumento da temperatura do planeta.

Conforme explicou o palestrante Rubens Bonr, representante da ONG Vitae Civilis, outra medida que está sendo adotada por determinação da Conferência de Kyoto, no Japão, cria um mecanismo econômico para alimentar o processo de despoluição.

Segundo ele, os países mais adiantados em tecnologia e, portanto, maiores poluidores, pagariam aos países detentores de grandes áreas de florestas pelo "armazenamento" deste carbono que emitem. Com isso, os grandes poluidores, além do compromisso em diminuir a emissão de carbono, possibilitariam aos países menos industrializados o financiamento de projetos de "desenvolvimento econômico limpo" e a manutenção de suas florestas.

Essa novidade, no entanto, deveria caminhar em conjunto com alternativas de prevenção e educação sócio-ambiental para o desenvolvimento econômico de determinadas regiões do planeta, evitando que a atividade "estacione no nível meramente mercadológico", segundo destacaram os ambientalistas presentes ao seminário.

Ao final do encontro, foi aprovada a Carta de Brasília Sobre Mudança Climática e o Protocolo de Kyoto, recomendando que os países mais industrializados devem se empenhar desde já na criação de mecanismos que reduzam as emissões de gás carbônico e não esperar até o ano 2008 para começar, como determina o acordo assinado em Kyoto.

Tuma pede frente pela habitação

A criação de uma frente parlamentar pela habitação foi proposta pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) no programa *Cidadania* da TV Senado, que será transmitido hoje às 13h30 e 19h30. O programa vai debater proposta de autoria do senador Mauro Miranda que inclui na Constituição o direito do cidadão à moradia. Relatada por Romeu Tuma, a proposta de emenda foi aprovada por unanimidade no Senado e encaminhada à apre-

ciação da Câmara dos Deputados.

No debate, Tuma revela preocupação com os focos de violência na periferia das grandes cidades e defende a idéia de que investir em moradia no interior do país ajudaria a manter o homem no interior. Discute o assunto com o senador a presidente da Associação Nacional de Cooperativas Habitacionais, Alexandra Reschke. Ela elogia a idéia da frente parlamen-



Romeu Tuma participa do programa *Cidadania*, que vai ao ar hoje pela TV Senado

tar e defende a aprovação da proposta de emenda de Mauro Miranda e, ainda, do Fundo Nacional de Habitação.

Bernardo Cabral suspeita de intriga para afastar PFL de PSDB



Cabral contesta notícia sobre reeleição de Mesas

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) contestou nota publicada na seção *Painel* da edição de sexta-feira do jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual existiria uma suspeita entre os integrantes do PFL de que o PSDB estaria incentivando os partidos de oposição a contestar judicialmente a reeleição de Antonio Carlos Magalhães e de Michel Temer para as presidências do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, respectivamente.

Na avaliação de Bernardo Cabral, a nota, cujo título é *Na mosca*, tenta causar uma discórdia entre os integrantes do PFL e do PSDB. Ele lembrou que a polêmica em torno da reeleição dos ocupantes de cargos nas Mesas do Senado e da Câmara começou após uma consulta feita sobre o assunto pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) à

Mesa do Senado.

No momento do pronunciamento de Suplicy, na quarta-feira passada, conforme narrou Bernardo Cabral, quem presidia a sessão era o senador Antonio Carlos Magalhães, que decidiu encaminhar a consulta à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), embora tenha opinado que a norma constitucional impede a recondução apenas para uma mesma legislatura.

Bernardo Cabral informou que, como presidente da CCJ, teve o cuidado de, logo que a matéria chegou às suas mãos, imediatamente designar um relator, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), que já recebeu o processo para emitir seu parecer. Cabral ressaltou a escolha – ele, integrante do PFL, indicando um tucano para relator.

Nabor propõe sessões às 10 horas nas sextas-feiras

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) apresentou projeto de resolução para alterar o Regimento Interno do Senado, a fim de que o início da sessão plenária de sexta-feira passe das 9h para as 10h.

– A experiência está a exigir a adequação à realidade, posto que temos observado falta de *quorum* para a abertura no horário hoje estipulado, embora, minutos depois, cheguem mais senadores, formando número suficiente para a instalação dos trabalhos – justifica.

Para o senador, não haverá qualquer prejuízo às sessões, pois elas não terão sua duração alterada. O horário proposto, na opinião do senador, já vem sendo consagrado pela presidência do Senado que, quando con-

voca sessão extraordinária para o período matutino, marca seu início para as 10 horas.

– A proposição reveste-se apenas de aspectos positivos. Evita a perda de dias úteis e de prazos importantes, propicia mais condições para a realização de sessões e, pela própria escassez de oradores e de pautas às sextas-feiras, nelas propicia o aprofundamento dos debates, muitas vezes em temas prejudicados pelo acúmulo de trabalhos nos demais dias da semana – lembra.

O prazo para recebimento de emendas ao projeto de resolução foi aberto na sexta-feira e vai até o dia 29. Depois disso, a proposta será examinada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e pela Comissão Diretora do Senado.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Mariuza Vaz, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro e Jane Araújo
Arte: Clóvis Júnior

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Coordenação Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Plenário vota limite de gastos municipais na quarta

Quanto maior a população, menor será o percentual da arrecadação destinado ao custeio de sua câmara de vereadores. Senadores deverão decidir entre projeto de Esperidião Amin e substitutivo de Jefferson Péres

O plenário do Senado deve votar nesta quarta-feira proposta de emenda constitucional do senador Esperidião Amin (PPB-SC) que limita os gastos das câmaras municipais, criando parâmetros variáveis de acordo com o número de habitantes de cada município. Pelo projeto, quanto maior a população do município, menor será o percentual da arrecadação destinado ao custeio de seu Legislativo.

Esperidião Amin propõe no projeto seis faixas para os gastos. Os municípios com menos de dez mil habitantes não poderiam gastar mais de 8% de suas receitas com o Legislativo. Cidades com população entre dez mil e 50 mil pessoas teriam gastos limitados a 7% do orçamento municipal; para municípios de 50 mil a 100 mil habi-

tantes, o limite seria de 6%. De 100 mil a 500 mil pessoas, o gasto máximo ficaria em 5%, enquanto para as cidades de 500 mil a 1 milhão, em 4%. Acima de 1 milhão de habitantes, o limite seria de 3%. Nesse percentual, incluem-se tanto os salários dos vereadores quanto dos funcionários e demais despesas de custeio do Legislativo.

Ao justificar seu projeto, Amin lembra que a legislação atual prevê que os gastos com salários de vereadores não podem passar de 5% da receita do município, mas algumas câmaras encontraram formas de contornar o limite, inclusive fixando vantagens financeiras indiretas para os vereadores.

A emenda constitucional recebeu parecer favorável do relator na Comissão de Constituição, Justiça e



Amin propôs seis faixas de gastos, de 3% a 8% das receitas do município



Jefferson Péres, em seu substitutivo, sugeriu apenas três faixas, de 6% a 8%

Cidadania, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), o qual, no entanto, propôs substitutivo alterando as faixas de limites de gastos.

Jefferson Péres quer apenas três faixas, sendo a maior de 8% para os municípios com até 100 mil habitantes. A segunda faixa, de

acordo com o substitutivo, ficaria em 7%, para os municípios com população de 100 mil a um milhão de habitantes. A terceira, de 6%, se destinaria às cidades com mais de um milhão de pessoas.

Durante a discussão da proposta em plenário, no dia 13 deste mês, alguns senadores apoiaram o projeto original de Esperidião Amin. Roberto Requião (PMDB-PR) manifestou a opinião de que é muito elevado o percentual de 6% da arrecadação, como propõe o substitutivo, para as câmaras dos municípios com mais de um milhão de habitantes. Requião observou que, assim, o Legislativo da cidade de São Paulo teria mais verbas que todo o Judiciário da União.



SEGUNDA-FEIRA, 26 DE OUTUBRO DE 1998

PLENÁRIO	
▶	14h30 - Sessão não deliberativa
PREVISÃO DE TRABALHOS	
Terça-feira (27.10.98)	
▶	14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: *PDL nºs 112/97, 113/97, 121/97, que renovam concessões de emissoras de rádio; *PLC nº 82/96, que dispõe sobre a uniformização de preços de asfalto nos municípios da Amazônia Legal; e *PLC nº 103/96, que altera o art. 58 da Lei nº 6.015, de 31/12/73, que permite troca do nome por apelido "público e notório"
Quarta-feira (28.10.98)	
▶	14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta: * Votação da PEC nº 15/98, que limita a despesa com funcionamento do Poder Legislativo municipal; *Substitutivo da Câmara ao PLS nº 5/91, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da soberania popular mediante plebiscito, referendo e iniciativa popular; e *Pareceres nºs 512/98, 513/98, 514/98 e 515/98, que submetem ao Senado nomes para o TST
Quinta-feira (29.10.98)	
▶	14h30 - Sessão deliberativa ordinária Pauta - *PLC nº 62/97, que altera a Lei nº 8.171, de 17/01/91, acrescentando-lhe dispositivos referentes à defesa agropecuária e *Requerimento nº 365/98, do senador Odacir Soares, solicitando a tramitação conjunta da PEC nº 19/98 com a de nº 63/95, por versarem sobre o Tribunal Superior do Trabalho - juizes classistas; *Requerimento nº 508/98, de autoria dos senadores Geraldo Melo e outros, solicitando a criação de uma Comissão Especial Temporária, para examinar a execução do Programa de Ajuste Fiscal a que se refere a Lei nº 9.496/97; *PLC nº 101/94, que acrescenta parágrafo único ao art. 846 da CLT, para permitir, na ausência de acordo, o julgamento imediato das reclamações de natureza unicamente salarial; e *PLS nº 61/95, que acrescenta dispositivo à Lei nº 5.010/66, que organiza a Justiça Federal de primeira instância
Sexta-feira (30.10.98)	
▶	9h - Sessão não deliberativa
COMISSÕES	
Terça -feira (27.10.98)	
▶	10h - Comissão de Assuntos Econômicos Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *PLS nº 128/95, que fixa o Programa de Habitação para a População de Baixa Renda, tramitando em conjunto com o PLS nº 209/95; *PLS nº 229/95, que dispõe sobre a Política Nacional de Irrigação e Drenagem; *PLS nº 292/97, terminativo, que altera dispositivos da Lei nº 9.533 que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima associados a ações sócio-educativas; e *Mensagem nº 218/98, que propõe seja autorizada a elevação temporária do limite de endividamento da ECT
▶	15h - Comissão Mista de Orçamento Pauta: Discussão dos prazos para apreciação do Projeto de Lei Orçamentária para 1999

Com pauta cheia, CAE aprecia programa de moradia popular

A Comissão de Assuntos Econômicos reúne-se na próxima quarta-feira com uma pauta cheia. Entre as matérias que serão apreciadas, destacam-se dois projetos estabelecendo a criação de programas de habitação para populações de baixa renda, de autoria dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Pedro Simon (PMDB-RS), com relatório favorável elaborado por Esperidião Amin (PPB-SC).

A Comissão também vai se pronunciar sobre matérias que envolvem o meio ambiente, como o projeto de autoria do senador Romero Jucá (PFL-RR), proibindo a exportação de madeira e o estabelecimento da Política Nacional de Irrigação e Drenagem, proposta pela Comissão Temporária do Vale do São Francisco. O relator Osmar



A. C. Valadares

Pedro Simon

Dias (PSDB-PR) é favorável à proposta.

Projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) concedendo apoio financeiro a municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima também será apreciado pela CAE. O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) é favorável à proposta.

A CAE vai se posicionar, ainda, sobre o projeto elaborado pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT)

estabelecendo os critérios de utilização dos Títulos da Dívida Agrária. Ademir Andrade (PSB-PA) elaborou relatório favorável.

GASTOS

Quatro projetos dispendo sobre o controle de gastos da União, estados, municípios e do Distrito Federal também serão apreciados pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) na próxima quarta-feira.

Os projetos, distintos entre si, tramitam em conjunto porque tratam da mesma matéria. Eles foram apresentados pelos senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Flaviano Melo (PMDB-AC) e Renan Calheiros (PMDB-AL), atualmente licenciado.

O relator, senador João Rocha (PFL-TO), apresentou substitutivo.

Recursos para saúde também serão votados

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado aprecia na próxima quarta-feira seis projetos de iniciativa do Poder Executivo solicitando autorização da Casa para a contratação de operações de crédito externo. Os recursos superam os US\$ 815 milhões e vão beneficiar programas diversos do governo.

Entre os programas, destaca-se o Projeto de Controle da Aids e das Doenças Sexualmente

Transmissíveis (Aids II). Para o financiamento do Aids II, o governo pretende contratar o empréstimo de US\$ 165 milhões junto ao Bird.

VIGILÂNCIA

Ainda na área da Saúde, o governo pretende realizar empréstimo no valor de US\$ 100 milhões, junto ao Bird, para o financiamento parcial do projeto Sistema Nacional de Vigilância em Saúde (Vigisus).

Além desses projetos, a comissão irá se pronunciar sobre ofício encaminhado pelo Banco Central que trata da inclusão do Banco do Estado do Espírito Santo (Banestes) no Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados. A operação envolve a abertura de crédito de R\$ 208 milhões. Outra matéria na pauta é a mensagem enviada à Casa pela Presidência da República com a programação monetária para o 4º trimestre de 1998.

Wilson Kleinübing



★ 1944
† 1998

Apesar do câncer diagnosticado há dois anos, o parlamentar mantinha intensa atividade em plenário e na Comissão de Assuntos Econômicos

Morre, aos 54 anos, o senador Wilson Kleinübing

O senador Wilson Kleinübing (PFL-SC) morreu sexta-feira, aos 54 anos, vitimado por câncer nos pulmões. Kleinübing era vice-líder do governo no Senado e um dos mais ativos integrantes da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Sua atuação na CPI dos Títulos Públicos também evidenciou o zelo na fiscalização do endividamento público de estados e municípios, uma das principais competências do Senado Federal.

Gaúcho, engenheiro mecânico formado pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Wilson Kleinübing era casado e pai de três filhos. Estreou na vida pública em 1982, como deputado federal pelo seu estado de adoção, Santa Catarina. Ocupou cargos no Executivo local, foi eleito prefeito de Blumenau e governou o estado entre 1990 e 1994. Desde então, ocupava uma cadeira no Senado, onde ficaria até 2003.

Atento aos problemas da economia nacional, Kleinübing foi o relator da Resolução 78/98, que fixou regras mais severas para conter o endividamento de estados e municípios, além de suas fun-

dações e autarquias. Integrante da Comissão de Assuntos Econômicos e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, sempre defendeu a austeridade administrativa e incluiu na Resolução 78 todas as recomendações da CPI dos Títulos Públicos a fim de evitar que governadores ou prefeitos em fim de mandato contraíssem dívidas para seus sucessores pagarem.

A resolução proposta pelo senador e aprovada em junho prevê, entre outras medidas, o aumento dos requisitos para que os administradores públicos contratem operações de antecipação de receita orçamentária (ARO).

No final do ano passado,

Kleinübing dedicou-se aos trabalhos da CPI dos Títulos Públicos, quando foi um dos mais eficazes esquadrihadores do mecanismo criado por funcionários da prefeitura de São Paulo para permitir a venda no mercado financeiro de títulos de governos e prefeituras sem recursos. Além de investigar minuciosamente a teia de irregularidades formada com a participação de bancos e corretoras de fachada, Kleinübing participava dos trabalhos de inquirição de suspeitos até altas horas da madrugada.

Foi em 1996 que ele descobriu que tinha câncer no pulmão. O tratamento quimioterápico provocou a queda do seu cabelo, mas Kleinübing jamais deu manifestações de autopiedade – trabalhou normalmente, dando o máximo de suas energias até a conclusão das atividades da CPI, e continuou

a ser um dos mais ativos senadores até o início deste mês. Nesse período o câncer expandiu-se, ramificando-se pela pleura, esôfago e traquéia, o que comprometeu sua capacidade respiratória, mas não abalou sua

consciência.

Nascido em 9 de setembro de 1944, em Montenegro (RS), Kleinübing era casado com Vera Maria Karan Kleinübing e teve três filhos – João Paulo, Eduardo e Diogo. Em sua vida pública, exerceu ainda os cargos de secretário de Agricultura e Abastecimento de Santa Catarina (1983) e de prefeito de Blumenau, eleito em 1988. No Senado, integrava também, como suplente, as comissões de Educação e de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Geraldo Althoff é o primeiro suplente e deverá ser convocado pela Mesa Diretora para assumir a vaga de Wilson Kleinübing.



Vilson Kleinübing foi eleito para o Senado em 1994



Atuação nas questões econômicas marcou o mandato



Senador descobriu em 1996 que tinha câncer no pulmão

Na CPI dos Títulos Públicos, Kleinübing investigou a fundo



Reforma do Judiciário era preocupação constante

Durante todo o seu mandato, o senador Wilson Kleinübing sempre manifestou uma preocupação com a democratização da Justiça. “Quem pode pagar um bom advogado nunca é preso. O peso da Justiça e a cadeia acabam sobrando apenas para o pobre e carente, principalmente se for negro ou mulato”, costumava comentar.

Afirmando que rico não vai para a cadeia, Kleinübing citava o exemplo da lei do “colarinho branco”, que até hoje não serviu para prender ninguém. “Há mais de quinhentas queixas-crimes por

ano no Banco Central, por delitos financeiros, e ninguém vai para a cadeia. Será que todo mundo é inocente e cumpre à risca os dispositivos dessa lei?”, indagava.

Para Kleinübing, a solução não estava no chamado “controle externo do Judiciário”, opção que ele rejeitava em favor da reestruturação desse Poder. “Numa primeira etapa, precisamos promover uma revisão completa da Justiça no Brasil, para verificar se ela volta a funcionar adequadamente. Todos sabemos que o Judiciário está funcionando mal

por razões de legislação e ritual, não por desqualificação de seus integrantes”, assegurava ao abordar o problema.

O senador por Santa Catarina mostrava-se especialmente crítico da lentidão da Justiça, argumentando ser a falta de agilidade o fator que leva às maiores distorções. “É a rotina processual e administrativa que retarda o andamento dos processos e acaba acarretando as maiores injustiças”, afirmava, ressaltando serem os membros do Poder Judiciário “pessoas capazes e honradas”.

Wilson Kleinübing

★ 1944
† 1998

Antonio Carlos Magalhães foi ao velório do senador catarinense e destacou sua combatividade e espírito público

ACM diz que o Brasil deve muito a Kleinübing

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, viajou a Florianópolis na tarde de sexta-feira, para participar do velório do senador Wilson Kleinübing (PFL-SC), falecido horas antes, e apresentar condolências à família.

Antes de embarcar, Antonio Carlos afirmou que o Brasil deve muito ao senador Kleinübing, não só pelo seu desempenho como governador do estado de Santa Catarina, mas especialmente pelo muito que fez durante o período em que atuou

no Legislativo.

– O senador Wilson Kleinübing foi uma das figuras mais atuantes e combativas do Senado Federal, e destacou-se, como um verdadeiro pontífice, na Comissão de Assuntos Econômicos, da qual fazia parte – disse.

O presidente do Senado ressaltou também que Kleinübing “demonstrou sempre, em todo o seu trabalho, elevado espírito público, exercendo com brilhantismo o seu mandato parlamentar”.



Para o presidente do Senado, Kleinübing exercia seu mandato com brilhantismo

Senado pode cancelar sessão em sinal de pesar

A pedido de senadores e deputados, as sessões plenárias do Senado e da Câmara poderão ser suspensas hoje, em decorrência da morte do senador Wilson Kleinübing. O senador morreu às 10h30 da manhã de sexta-feira, de câncer no pulmão. Seu corpo foi velado na Assembléia Legislativa de Santa Catarina e sepultado no cemitério Jardim da Paz.

Kleinübing morreu no Hospital da Caridade, onde estava internado desde o sábado anterior, quando seu estado de saúde agravou-se. Segundo seus amigos, lutou bravamente pela vida e manteve-se consciente mesmo quando 90% de sua capacidade respiratória estava comprometida. Ele freqüentara as sessões do Senado até o primeiro dia deste mês, quando viajou para Santa Catarina a fim de submeter-se a exames. Foi nesses exames que o parlamentar soube da recidiva da sua doença. O caixão de Kleinübing foi coberto pelas bandeiras do Brasil, de Santa Catarina, de Blumenau, onde ele foi prefeito, e de Videira, a cidade onde nasceu seu pai, Waldemar Kleinübing.

Edison Lobão

“Um dos maiores expoentes de sua geração”

O senador Edison Lobão (PFL-MA) lamentou a morte do senador Wilson Kleinübing, a quem considera um dos maiores



expoentes políticos de sua geração.

Lobão lembrou que os dois sempre trocavam idéias sobre a melhor maneira de administrar os estados, quando ele era governador do Maranhão e Kleinübing de Santa Catarina.

– Kleinübing foi um político dotado de grande espírito público e governava seu estado olhando para o interesse do povo, procurando fazer tudo na linha da correção, da exatidão e do bem-estar da sua gente – afirmou Lobão.

O senador maranhense disse ainda que, como senador da República, Kleinübing “foi sempre um batalhador pelas melhores causas; pelo aperfeiçoamento das instituições e pela relação cada vez mais aprimorada e saneada entre o poder público e as finanças que a esse poder cabe gerir”.

Lúcio Alcântara

“Verdadeiro guardião das finanças públicas”

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) lembrou que o senador Wilson Kleinübing, falecido sexta-feira, no-



tabilizou-se em sua atuação no Senado pela defesa intransigente das finanças públicas, combatendo com rigor o endividamento irresponsável dos estados.

– Muitas vezes eu o chamei, aqui no Senado, de uma espécie de guardião das finanças públicas, uma espécie de pretor para defender as finanças públicas. Eu acho que esse foi o traço que mais caracterizou a sua passagem pela Casa – afirmou.

Lúcio Alcântara ressaltou ainda a trajetória política de Wilson Kleinübing, que cumpriu um mandato de deputado federal, foi prefeito de Blumenau, secretário de Estado e governador de Santa Catarina, antes de eleger-se senador por aquele estado em 1994.

Casildo Maldaner

“Um homem franco e persistente”

A morte do senador Wilson Kleinübing foi lamentada pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC). Ele disse que, apesar de pertencem



a partidos diferentes, reconhecia em Kleinübing “um homem franco, com uma vontade inabalável de trabalhar pelo país”.

Maldaner afirmou, ainda, que “a morte de Kleinübing significa uma perda não somente para o povo de Santa Catarina, mas também para todo o Brasil”. Falando sobre as qualidades do senador, Maldaner descreveu seu colega como um “homem persistente e pertinaz”.

O trabalho de Wilson Kleinübing na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado também foi lembrado por Maldaner, que destacou a luta do senador contra o endividamento do país. Segundo Maldaner, Kleinübing entendia que, “sem resolver a questão dos juros, não haveria como equilibrar o país”.

Nabor Júnior

“Perda irreparável para o Senado”

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) disse que a morte do senador catarinense Wilson Kleinübing (PFL), ocor-



rida na manhã de sexta-feira, em Florianópolis, é “uma perda irreparável, especialmente para o Senado Federal”.

Ele destacou a atuação de Kleinübing na Comissão de Assuntos Econômicos, dizendo que o senador catarinense se especializou na análise de proposições que envolviam a renegociação das dívidas dos estados e municípios. De acordo com Nabor, “Kleinübing foi um vigilante atento e dedicado no combate ao endividamento público excessivo”.

Nabor Júnior afirmou que lamentava “profundamente o falecimento de Wilson Kleinübing”, solidarizando-se especialmente “com a família do senador e o povo de Santa Catarina”.

Wilson Kleinübing

★ 1944
† 1998

Kleinübing sempre defendeu a adoção de medidas urgentes para o controle do déficit público e da dívida de estados e municípios

Temas econômicos, a maior preocupação de Kleinübing

Já no seu primeiro discurso na tribuna do Senado, Vilson Kleinübing demonstrava preocupação com os aspectos econômicos e a austeridade nos gastos públicos. Ele considerava a atenção a estas questões fundamental para que o país avançasse na área social.

Em pronunciamento de 5 de abril de 1995, o senador falou das virtudes do povo catarinense, da necessidade de resolver “as graves questões sociais do estado” e das principais vocações de sua economia.

– Nossos empresários e operários transformaram Santa Catarina numa potência industrial. Entretanto, o estado tem problemas sérios, parte deles solucionados com o esforço de nosso povo, mas que deveriam ser resolvidos pelo governo federal – afirmava o senador.



Muito atuante, Kleinübing era membro de cinco diferentes comissões no Senado

No mesmo discurso, Kleinübing já dava mostras daquela que seria sua maior preocupação: o controle dos gastos públicos. “Concentramos a renda quando pagamos US\$ 15 bilhões de juros por ano. O quadro que vemos hoje são os governos federal, estaduais e municipais arrecadando 25% do Pro-

duto Interno Bruto e não sobra nada para aquilo que é função do estado: saúde, educação, segurança pública.”

Kleinübing demonstrava muita firmeza com relação à “guerra fiscal”, política de incentivos fiscais praticada pelos estados. Ele entendia que o controle das alíquotas dos impostos estaduais devia ser feito pelo Senado.

– Temos que trazer para o Senado a discussão deste problema e estabelecer regras para as operações posteriores – dizia o senador.

No auge da crise econômica que assolava os países asiáticos, no fim do ano passado, ele questionava o ministro da Fazenda, Pedro Malan, sobre os efeitos da crise no Brasil e sobre a elevação das taxas de juros, que “agrava o quadro de concentração de renda”.

Rigor com títulos públicos marcou a ação no Senado

O senador Vilson Kleinübing (PFL-SC) foi o autor de um dos projetos mais importantes aprovados pelo Senado para a contenção dos gastos públicos. A Resolução nº 78, com 48 artigos, que está em vigor, trata das operações de crédito interno e externo de estados, municípios e Distrito Federal, limitando a emissão de títulos para evitar o aumento da dívida pública mobiliária.

Kleinübing começou a elaborar o projeto de resolução durante a CPI dos Títulos Públicos, que apurou irregularidades na emissão desses papéis para pagamento de precatórios judiciais e o envolvimento de vários estados e municípios em operações fraudulentas.

APROVAÇÃO UNÂNIME

O relator do projeto, apresentado em maio de 1996, foi o senador Esperidião Amin (PPB-SC), e, depois de examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a matéria foi aprovada por unanimidade no dia 21 de junho deste ano em plenário. Na ocasião, a proposta foi elogiada pelos senadores como uma das mais importantes decisões toma-

das pela Casa.

Pela Resolução nº 78, os estados, os municípios e o Distrito Federal não podem emitir novos títulos para refinarçar a dívida até o ano de 2010. Só é permitida essa emissão para a rolagem da dívida atual e com resgate mínimo de 5%.

As operações de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) devem ser obrigatoriamente liquidadas até dez dias úteis antes do encerramento do exercício em que foram contratadas.

RESTRIÇÃO

A Resolução nº 78 veda a contratação dessas operações no último ano do mandato do chefe do Executivo, o que evita que o governador ou prefeito contraia dívidas para seu sucessor pagar.

Para dar maior transparência a esse processo, o senador Vilson Kleinübing determinou que os editais de contratação dessas operações pelos estados, municípios e Distrito Federal sejam enviados ao Banco Central com autorização específica do Poder Legislativo e uma certidão do Tribunal de Contas da região.

Kleinübing teve seu projeto de resolução aprovado por unanimidade pelo plenário do Senado

Na CPI dos Precatórios, atuação decisiva

A CPI dos Precatórios, que investigou em 1996 e 1997 a emissão irregular de títulos públicos, foi o momento mais marcante do mandato do Vilson Kleinübing. Estados e municípios lançavam papéis no mercado para conseguir recursos, que deveriam ser usados no pagamento de dívidas judiciais.

A comissão apurou que, além de oferecerem pelos títulos remuneração superior à praticada no mercado, os governos utilizavam o dinheiro para despesas irregulares, como o pagamento a empreiteiras e folha salarial.

INVESTIGAÇÃO

Sempre preocupado com as finanças públicas, o senador catarinense notabilizou-se pelo trabalho de investigação da estrutura montada entre governos

e corretoras para emissão de títulos públicos. Ele via no “escândalo dos precatórios” – como o caso ficou conhecido – a atuação de uma “quadrilha”.

Foi Kleinübing quem sugeriu aos senadores para deporem na Justiça em favor dos doleiros que aceitassem colaborar com as investigações da CPI.

– Nós podemos depor em favor deles. Eles estão nos ajudando a desmontar uma quadrilha

– defendeu o senador.

O trabalho de Kleinübing foi mesmo fundamental para o sucesso da CPI. Boa parte do trabalho da comissão baseou-se em roteiro traçado pelo senador.

Foi ele, por exemplo, quem propôs a análise aprofundada dos extratos bancários de Wagner Baptista Ramos, ex-coordenador da Dívida Pública do município de São Paulo, um dos principais envolvidos no esquema.



Os senadores Kleinübing, Esperidião Amin e Bernardo Cabral, durante a CPI dos Precatórios: investigação e trabalho fundamentais para descoberta do escândalo

Parecer previu explosão do déficit público em 98

O crescimento do déficit fiscal e do endividamento público, devido ao impacto da elevação dos juros nos gastos com encargos financeiros, foi previsto pelo senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), em parecer por ele elaborado no início de agosto sobre mensagem do governo que encaminhou ao Senado a programação monetária do terceiro trimestre deste ano.

Na época, as finanças públicas já registravam o impacto do aumento das taxas de juros determinado pelo Banco Central em função dos

efeitos da crise que atingiu as bolsas dos países asiáticos, no final do ano passado.

Segundo registrou Kleinübing em seu relatório, o déficit fiscal no primeiro trimestre de 1998, pelo conceito nominal (que inclui as despesas com pagamento de juros), atingiu 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB). Esse dado demonstraria, afirmou então, “que a tendência declinante do déficit fiscal, que se observava a partir de 1996, sofreu uma ligeira reversão”.

Estocagem de álcool preocupa Jonas Pinheiro

Senador lança um “pedido de socorro” ao setor e atribui dificuldade de armazenamento à comercialização lenta, por falta de apoio do governo

O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) demonstrou forte preocupação, na sexta-feira, com a estocagem e comercialização da safra de álcool. “Estou lançando um SOS, um pedido de socorro para o setor alcooleiro, que atravessa enormes dificuldades para estocar uma produção de álcool que não será usada nos próximos meses, talvez anos”, afirmou o senador. Ele atribui esse excesso de álcool a ser estocado à comercialização lenta do produto, por falta de apoio mais efetivo do governo ao setor.

Embora tenha dado ênfase, em seu pronunciamento, à questão da estocagem, Jonas ressaltou que armazenar o produto é uma solução paliativa.

– O que os usineiros precisam é vender sua produção. Isso somente será possível com um apoio efetivo do governo ao uso

maciço do álcool combustível, um produto ecológico que outras nações estão descobrindo e o Brasil, pioneiro em sua utilização, vem desprezando.

Jonas disse que, além de o programa do álcool combustível não estar sendo incentivado pelo governo, a operação de financiamento da estocagem do produto por dois anos, aprovada desde o ano passado, não está sendo efetivada.

– Os recursos para esta operação de *warranty* deveriam sair de um fundo que a Petrobras controla para o Banco do Brasil, que colocaria o financiamento à disposição dos usineiros. O BB alega que nunca recebeu o dinheiro – afirmou.

Na opinião do senador, a situação é pior no Centro-Sul, onde usinas estão paralisando a produção e nem sequer têm dinheiro para

pagar as indenizações de dispensa de funcionários.

– Estou acompanhando representantes dos sindicatos do setor do álcool do Paraná e de Mato Grosso em sua peregrinação por Brasília à procura de uma solução. Estivemos no Ministério da Fazenda, na Petrobras e até fomos recebidos pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.

O senador por Mato Grosso revelou que a primeira parcela de financiamento, aprovada ainda em 1997 mas nunca liberada, foi da ordem de R\$ 180 milhões, suficientes para estocar 300 milhões de litros de álcool.

– Na verdade, no decorrer de 1998, outras parcelas de financiamento deveriam ter sido liberadas e também não o foram – queixou-se Jonas Pinheiro.

Jonas defendeu “uso maciço” do álcool, que chamou de “produto ecológico”



PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

7h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Unibiótica
7h30 - *Especial Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista; o médico Dráuzio Varella entrevista Rubens Reimão. Assunto: Insônia - 1ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Natação para bebês
8h30 - *Jornal do Senado*
8h55 - Senado em Pauta
9h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, a serra dos Órgãos
9h30 - *Entrevista* - O secretário de Ensino Médio e Tecnológico do MEC, Ruy Berger, fala sobre a situação do ensino médio e tecnológico no Brasil
10h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o oeste baiano
10h30 - *Saúde Todo Dia* - O programa trata da importância da atividade física para a saúde. Atividade: Unibiótica
10h55 - Senado em Pauta
11h - *Especial/Unip* - Programa produzido pela Universidade Paulista: o médico Dráuzio Varella entrevista Edson Stefanini. Assunto: Prevenção do Infarto - 1ª parte
11h30 - *Espaço Cultural* - Apresentando a Exposição Buriiti Brasil
11h55 - Senado em Pauta
12h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Cerrado
12h30 - *Entrevista* - O secretário de Ensino Médio e Tecnológico do MEC, Ruy Berger, fala sobre a situação do ensino médio e tecnológico no Brasil
13h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, café do oeste baiano
13h30 - *Cidadania* - O senador Romeu

Tuma e a presidente do IDHAB, Alexandra Reschke, falam sobre direito à moradia
14h30 - Plenário (ao vivo)
18h30 - *Entrevista* - O secretário de Ensino Médio e Tecnológico do MEC, Ruy Berger, fala sobre a situação do ensino médio e tecnológico no Brasil
18h55 - Senado em Pauta
19h - *Cores do Brasil* - Uma viagem pelo país mostrando todo o seu potencial cultural. Em destaque, o Ceará
19h30 - *Cidadania* - O senador Romeu Tuma e a presidente do IDHAB, Alexandra Reschke, falam sobre direito à moradia
20h30 - *Entrevista* - O secretário de Ensino Médio e Tecnológico do MEC, Ruy Berger, fala sobre a situação do ensino médio e tecnológico no Brasil
21h - *Jornal do Senado*
21h15 - *Documentário* - “Chatô, o Rei do Brasil” - Documentário sobre a vida do empresário de comunicação Assis Chateaubriand - 7º capítulo
22h - Plenário (representação)
Logo após o plenário, assista à entrevista de Fernando Cesar Mesquita com a cantora Fafá de Belém.

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - “A Voz do Brasil”
Em seguida - Música e informação
20h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Nordeste”
Em seguida - Música e informação
21h - “Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida - Música e informação
21h30 - “Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste”
Em seguida - Música e informação
0h - Reprise da sessão plenária
Em seguida - Música e informação

Ensino médio é tema de debate

A criação de programas governamentais para aumentar a oferta de vagas nas escolas de 2º grau é um dos assuntos tratados pelo secretário de Ensino Médio e Tecnológico do Ministério da Educação, Ruy Berger, em entrevista à TV Senado. Outro objetivo do governo, segundo Berger, é melhorar os Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefets), o que tornaria muito importante a parceria com entidades privadas, de acordo com o secretário.

Na entrevista, que vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30, Ruy Berger comenta, ainda, experiências bem sucedidas de reforma do ensino médio realizadas em outros países.

Alcântara destaca ação fiscalizadora do TCU

De posse do Relatório de Atividades do Tribunal de Contas da União (TCU) de 1997, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou a importância da ação fiscalizadora do tribunal, que realizou no ano passado 855 auditorias e inspeções.

– Concluímos que aquela casa, mercê do crescente esforço de seus atuantes ministros e da notória dedicação de seu corpo de servidores, tem desempenhado as difíceis atribuições que lhe foram cometidas, numa contribuição efetiva para a marcha ascensional do país, a que vem servindo com zelo incomum e inextinguível competência – afirmou.

Segundo o senador, depois de exame atento do relatório, percebe-se que o TCU está sensível às reformas estruturais requeridas pelo país, sugerindo que os administradores públicos devem rever as práticas burocráticas no sentido de atingir um modelo de administração dirigido para a obtenção de resultados e para a valorização da cidadania.

Alcântara defendeu a eliminação de limitações aos trabalhos do tribunal. Segundo ele, o ministro Homero Santos, presidente do TCU, adverte que subsistem “dificuldades que ainda constroem a plena execução do con-



Alcântara defende extensão ao TCU da prerrogativa de quebra do sigilo bancário

trole externo”, uma das principais atribuições do tribunal.

Nesse sentido, o senador é autor de projeto de lei complementar, já aprovado pelo Senado, propondo métodos que facilitam a investigação de fraudes fiscais e a identificação das atividades do crime organizado:

– O projeto estende ao TCU a prerrogativa de solicitar a quebra do sigilo bancário. Com a aprovação dessa iniciativa, a Secretaria da Receita Federal poderá exercer a fiscalização ampla de movimentações financeiras suspeitas, e o tribunal, tendo maior liberdade de investigação, praticar com maior autoridade e êxito as suas prerrogativas legais – disse Alcântara.

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

- Equipamentos necessários:
 - Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
 - Receptor ABR 200, ComStream
 - LBN DRO ComStream
 - 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F
- Informações técnicas:
 - Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
 - Satélite: Brasilsat B2
 - Polarização: Vertical (RX)
 - Modo: Joint-Stereo
 - Taxa: 128 Kbps-BPSK
 - Programação ABR: CC, 1, 11465600, 256000, 0 FD 1,17,1,7

Nabor quer financiamento público das campanhas

Propondo uma adaptação da legislação eleitoral da Alemanha, senador argumenta que sistema atual privilegia os candidatos ricos ou os representantes de corporações e de grupos étnico-religiosos

O senador Nabor Júnior (PMDB-AC) defendeu, na sessão plenária de sexta-feira, uma ampla reforma político-partidária no país que incluía a obrigatoriedade da fidelidade partidária, a restrição ao número de agremiações políticas e o financiamento público das campanhas eleitorais. O senador defendeu ainda a manutenção do voto obrigatório e do segundo turno nas eleições,

Parlamentar defende redução do percentual de votos para assegurar a vitória no primeiro turno eleitoral

sugerindo apenas que sejam mudados os critérios percentuais para a definição do pleito no primeiro turno.

Com a fidelidade partidária, afirmou, haverá fortalecimento das legendas no Legislativo, o que dará "solidez ao regime democrático".

– Defendo uma firme posição em prol da dignidade partidária, impedindo as migrações desordenadas entre as legendas, que atingiram proporções inconcebíveis. Um total de 202 deputados federais mudou de partido na legislatura que se encerra, o mesmo ocorrendo com centenas de deputados estaduais, vereadores, governadores e prefeitos. Muitos deles trocaram três, quatro e até cinco vezes de camisa em menos de quatro anos – disse.

Na reforma política, deverá haver punição para quem desobedecer a norma da fidelidade partidária, segundo Nabor Júnior. Ele defende sanções como a perda de mandato ou a proibição de nova candidatura nos pleitos imediatamente posteriores

para os que trocarem de partido até o final do mandato. O senador defende ainda que haja suspensão temporária do

exercício do mandato para quem desobedecer as orientações e decisões do partido.

O senador sugere que a nova legislação seja semelhante à da Alemanha, onde o Estado assume os gastos com os partidos e seus candidatos durante a fase eleitoral, com base na proporcionalidade conquistada no pleito anterior. Sem financiamento público, observou o senador, só serão eleitos os candidatos privilegiados ou os representantes de corporações e de grupos étnico-religiosos.

Em aparte, os senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Marina Silva (PT-AC) elogiaram a proposta de Nabor Júnior. Para Cabral, é um erro ficar contra o financiamento público

das campanhas por temer a oposição do povo, pois este é muito mais lesado com o atual sistema, que abre brechas para acordos com dinheiro espúrio e obras superfaturadas. Marina Silva enfatizou que com regras claras de financiamento não haverá mais benefícios indevidos nem abuso do poder econômico.

O número de partidos deve ser reduzido dos atuais 29 para quatro ou cinco, segundo Nabor Júnior. Além de ser suficiente para acomodar as correntes de pensamento político, essa redução evitará a proliferação dos partidos de aluguel e sua utilização por dirigentes de "personalidade delirante", acrescentou.

Quanto à adoção do voto distrital puro ou combinado com o sistema proporcional, Nabor disse que é preciso avaliar os benefícios e prejuízos de sua implantação no Norte e Nordeste, devido à baixa densidade demográfica e às dificuldades em dividir em distritos áreas muito amplas nessas regiões.

Para que a eleição seja definida no primeiro turno, o senador defende que, em vez da metade mais um dos votos válidos, como é atualmente, seja fixado um percentual de 40% do total dos votos válidos e uma diferença mínima de 10% sobre o segundo colocado.



Nabor Júnior sugere estudos sobre adoção do voto distrital

Marina prevê maior equilíbrio de forças após segundo turno

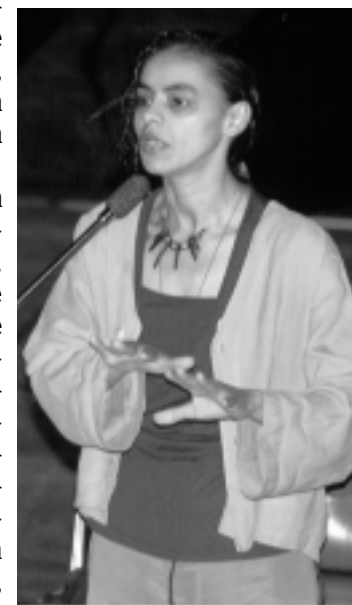
A maior contribuição que o eleitorado poderá dar ao país no segundo turno das eleições para o governo de vários estados é a de evitar a hegemonia do Palácio do Planalto, fonte do isolamento presidencial, e "eleger aqueles candidatos que têm uma postura de autonomia e

de Marina, um contraponto à posição do governo federal, com impacto sobre o peso relativo da oposição dentro do próprio Congresso Nacional.

Isso não implica o fortalecimento de uma oposição sem responsabilidade, "para jogar pedras",

mas de uma oposição capaz de operar um projeto político para o país, com responsabilidade perante a crise, afirmou a senadora.

Marina Silva disse que o povo conferiu ao presidente Fernando Henrique Cardoso um mandato para continuar operando a crise, "mas não foi um cheque em branco, tanto é que Lula não foi para o segundo turno apenas



Para Marina, FHC irá conviver com governadores independentes

que dizem amém e escondem a verdadeira face dos problemas nacionais, num isolamento que resulta em alienação, explicou a senadora.

A vitória de Olívio Dutra (RS), Cristovam Buarque (DF), Mário Covas (SP), Itamar Franco (MG), Anthony Garotinho (RJ) e Zeca do PT (MS) representará, na opinião

de Marina, um contraponto à posição do governo federal, com impacto sobre o peso relativo da oposição dentro do próprio Congresso Nacional.

Isso não implica o fortalecimento de uma oposição sem responsabilidade, "para jogar pedras", mas de uma oposição capaz de operar um projeto político para o país, com responsabilidade perante a crise, afirmou a senadora.

Marina Silva disse que o povo conferiu ao presidente Fernando Henrique Cardoso um mandato para continuar operando a crise, "mas não foi um cheque em branco, tanto é que Lula não foi para o segundo turno apenas pela diferença de 3% dos votos". O eleitorado optou por manter o timão do país nas mesmas mãos, mas estaria recusando a hegemonia presidencial com o fortalecimento de candidaturas aos governos estaduais caracterizadas pela autonomia em relação ao poder central, observou a senadora.

Mudança é "inevitável e inadiável", diz Lobão

A necessidade do financiamento público para as campanhas eleitorais foi defendida sexta-feira pelo senador Edison Lobão (PFL-MA). Para o senador, trata-se de um princípio que não recebe qualquer crítica dos senadores.

– Sua adoção é inevitável e inadiável – afirmou.

De acordo com Lobão, o financiamento público das campanhas "não há de ser tão caro quanto se alardeia". O senador entende ser uma falácia a argumentação de que o financiamento privado é mais barato. Para ele, o financiamento privado acaba transferido ao poder público, "pelo débito, em suas contabilidades, de recursos que seriam repassados ao fisco", seja ele federal, estadual ou municipal.

Na opinião do senador, é necessário construir barreiras para "evitar o retorno a outro tipo de regime que não a democracia". A adoção do financiamento público de



Edison Lobão: "barreiras" em favor da democracia

campanha seria, para ele, uma dessas barreiras. Ele lembrou que a medida é adotada pelos países mais avançados em democracia.

– É uma medida para o aperfeiçoamento do processo democrático com uma despesa que é mínima e que, na prática, já existe. Não podemos mais manter no marasmo

uma questão de vital importância para a democracia neste país – afirmou Lobão.

O senador lembrou que o mundo tem todas as condições de vencer a atual crise econômica, que qualificou como uma "crise de bolsas de valores". A crise atual, em sua avaliação, é menor que a do choque do petróleo nos anos 80, já largamente superado.

Lobão comentou o discurso proferido pouco antes pela senadora Marina Silva (PT-AC). A senadora disse que o candidato de seu partido à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, perdeu a chance de ir para o segundo turno por uma diferença de 3% do total de votos. Para Lobão, trata-se de um "jogo de inteligência", que pretende dar a entender que a diferença entre os dois candidatos foi nesse percentual, "quando na verdade foi quilométrica". Em aparte, Marina afirmou que apenas quis ressaltar a importância de uma oposição fiscalizadora.